

RESUMO

Este artigo objetiva demonstrar o cenário inerente à prática de políticas de ação afirmativa nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília - UnB a partir de buscas em editais de seleção para cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado. Realizou-se também um levantamento, em sistemas institucionais, de registro de alunos cotistas egressos (negros) de departamentos distintos de graduação, divididos entre um que oferta vagas para demandantes de políticas afirmativas na pós-graduação e outro que não aderiu à política na pós, para verificação de ingresso desses egressos em cursos de pós da UnB. A pesquisa visa, ainda, analisar e descrever o contexto dessa política no Brasil e sua contextualização histórica a partir de revisão bibliográfica. Os resultados encontrados indicam que, embora tenha havido um aumento considerável no número de Programas de pós-graduação que aderiram à política de ação afirmativa desde 2015 na UnB, atualmente apenas 6% desses cursos aderiram à política, evidenciando que existe uma imensa lacuna a ser preenchida.

Palavras-chave: ação afirmativa; políticas públicas; políticas educacionais, pós-graduação.

Affirmative action policy in post-graduate courses at the University of Brasília

ABSTRACT

This article seeks to trace the scenario underlying affirmative action policy in *stricto sensu* post-graduate courses at the University of Brasília, based upon data from selection procedures in master's courses, professional master's courses and PhDs. Data collection was also conducted in institutional systems in records of minority students (black students) enrolled in different under-graduate courses, divided between those with a demand for vacancies by applicants to post-graduate courses with an affirmative action policy and those that did not adhere to this policy at post-graduate level so as to verify the entry of minority students in UnB's post-graduate programs. Further, this research aims to analyze and describe the context of this policy in Brazil and its historical contextualization based upon a review of the literature. The results found indicate that although there has been a significant increase since 2015 at UnB in the number of post-graduate courses adhering to affirmative action policy, at present only 6% of these courses adhere to this policy, thus indicating a huge gap to be filled.

Key words: affirmative action; public policies; educational policies, post-graduate level.

INTRODUÇÃO

No âmbito das políticas públicas e educacionais, as discussões inerentes à educação inclusiva têm se tornado cada vez mais frequentes, especialmente a partir dos anos 2000, devido à consolidação de apoio governamental a entidades ligadas ao movimento negro (MN), após longo processo histórico de reivindicações por políticas públicas que visem à igualdade étnico-racial. Tem início, portanto, uma extensa agenda de encontros, conferências locais e nacionais, além da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em Durban - África do Sul em 2001.

Em conformidade com essa última conferência, dentre as diversas declarações e acordos firmados entre entidades governamentais nacionais e internacionais, voltados para ações de combate ao racismo e para a valorização da diversidade, a Organização dos Estados Americanos-OEA (2001, p. 3) inclui a seguinte nota:

“A diversidade cultural é um valioso elemento para o avanço e bem-estar da humanidade como um todo, e que deve ser valorizada, desfrutada, genuinamente aceita e adotada como característica permanente de enriquecimento de nossas sociedades”.

Nesse sentido, intensificaram-se os debates e questionamentos relativos à questão racial, e, no Brasil, no âmbito das políticas públicas e educacionais, percebeu-se a necessidade de implantação de ações afirmativas, pensadas para fins de ampliação de acesso da população negra e daqueles que lutam pela afirmação das diferenças ao ensino superior, sendo essa política essencial para o processo de aumento da diversidade dentro da academia.

Segundo Filice (2011), o foco nas políticas educacionais para a população negra insere-se no âmbito das políticas de ação afirmativa e denota uma área de atuação social do Estado brasileiro na desigualdade de oportunidades entre os diferentes segmentos. Ou seja, as ações afirmativas são políticas públicas implementadas para fins de correção ou diminuição de desigualdades raciais, acumuladas ao longo de anos e ainda presentes na sociedade. Partem, portanto, do conceito de equidade expresso na constituição vigente no país e buscam oferecer igualdade de oportunidades a todos aqueles que não as tiveram em razão de discriminação e racismo. Assim, o principal objetivo dessa política reside no aumento da representação dos negros, principalmente na comunidade acadêmica.

Ainda de acordo com Felice (2011), na avaliação de uma política educacional de caráter universal, exige-se reconhecer o peso das visões de mundo, da cultura e dos valores simbólicos que permeiam o processo, da origem à implantação de uma política. Nessa linha, algumas literaturas ressaltam que os MN tiveram uma fundamental importância na contextualização histórica em que se institucionaliza a política de ações afirmativas, considerando que, antes mesmo da consolidação da nomenclatura, as ações afirmativas já eram pauta de reivindicação do MN e de outros grupos discriminados e oprimidos, dentro e fora do país. Portanto, para compreender a necessidade de uma ação afirmativa, é preciso, inicialmente, compreender o contexto social vivido pelo país, bem como identificar as razões pelas quais há preconceitos por parte de determinados setores da sociedade.

Embora haja muitos estudos sobre desigualdades sociais, pouco se discute a respeito dos motivos das desigualdades no âmbito educacional. Assim, este trabalho consistiu em elencar contribuições para a temática de políticas de ação afirmativa, especificamente para negros, em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, no âmbito da Universidade de Brasília (UnB), considerando a recente ampliação dessa política aos cursos de mestrado e doutorado. Dito isso, este artigo teve como objetivos específicos:

- Analisar, através de bibliografia, as políticas públicas e educacionais na ampliação de acesso da população negra ao ensino superior;
- Descrever a percepção da necessidade de implantação de ações afirmativas no Brasil e na Pós-Graduação *stricto sensu*;
- Levantar, junto aos sistemas eletrônicos da UnB, registro de alunos egressos cotistas (negros) formados, ingressados na pós-graduação;
- Demonstrar o cenário atual da UnB quanto à adoção das políticas de cotas, nos cursos de Pós.

O estudo, realizado a partir de registro de discentes egressos cotistas (negros) de cursos de graduação ofertados por departamentos distintos da UnB, teve relevância tanto acadêmica quanto social. Quanto à contribuição acadêmica, o estudo contribui com a literatura sobre a temática em questão, de forma a complementar os resultados encontrados como meio de verificar a eficiência e viabilidade da oferta de políticas de ação afirmativa nos diferentes programas de pós, além de contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento sólido e equitativo desses programas, como forma de garantir que exista unidade no trato das questões relacionadas a tais políticas. No que tange à relevância social, esta pesquisa envolve alunos egressos que já se beneficiaram da política na graduação, apresentando uma visão atrativa e de interesse tanto desses titulados quanto de possíveis novos demandantes, que almejam um grau mais elevado de formação caso haja maior articulação e adesão dessa política em cursos de pós de áreas distintas.

Quanto à sua estrutura, além da Introdução e das Considerações Finais, o presente trabalho está dividido em três partes interligadas, quais sejam, (i) contextualização histórica da política afirmativa no Brasil, pautada por reivindicações populares; (ii) demonstração do cenário inerente à prática de políticas de ação afirmativa nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília; e (iii) apresentação de levantamento de dados para verificação de ingresso de alunos cotistas egressos em cursos de pós da UnB.

I Contextualização histórica da política afirmativa no Brasil, pautada por reivindicações populares

Diversos autores discorrem sobre a contextualização em que figuram a questão racial e a desigualdade predominantes na sociedade até os dias atuais. Quijano (2005, p. 40), destaca que

“Cada categoria usada para caracterizar o processo político latino-americano tem sido sempre um modo parcial e distorcido de olhar esta realidade. Essa é uma consequência inevitável da perspectiva eurocêntrica, na qual um evolucionismo unilinear e unidirecional se amalgama contraditoriamente com a visão dualista da história; um dualismo novo e radical que separa a natureza de sociedade, o corpo da razão”.

A partir dos conceitos de Quijano (2005), é possível inferir os fundamentos teóricos que sustentam as relações de poder contemporâneas, trazidas a partir de um desenho europeu e homogeneizador que teve início na constituição da América, pautado nas relações de poder e no critério de raça e classe, onde predomina, subjetivamente, a chamada “negação do outro”.

Em complemento a essa linha de pensamento, cabe trazer a concepção do teórico Immanuel Wallerstein, que reforça esse entendimento através da teoria de formação do sistema-mundo quando descreve a divisão do mundo em três níveis hierárquico – centro, periferia e semi-periferia, além de especificar que o mundo foi estruturado a partir de um modelo de divisão internacional do trabalho, onde há exploração de recursos naturais e mão-de-obra pelo mercado capitalista, proveniente do modelo da economia-mundo europeia (Martins, 2015). Partindo desse modelo de estado euro-americanizado infundido e imposto na América, as desigualdades raciais estabelecem-se em todos os segmentos de renda, ressaltando os processos discriminatórios existentes nos diversos grupos e sociedades.

De acordo com Quijano (2005), a política pública deve ser concebida segundo as necessidades de seus demandantes. Logo, só é possível a partir de uma análise bibliográfica pautada na constituição histórica da população do Brasil colonial para perceber que, mesmo após 130 anos de revogação da escravatura, ainda hoje este processo de escravidão cria desigualdades sociais. Destaca-se, portanto, a necessidade de uma política voltada para a ação antirracista que enfrente o desafio histórico estabelecido de forma naturalizada e que integre as

perspectivas de um processo de desnaturalização da desigualdade racial (Henriques, 2002, p.47). Estudos realizados por Ricardo Henriques para o IPEA, em 2001, demonstram que apenas 2% dos estudantes universitários brasileiros eram negros e que, dos mais de 20 milhões de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza, 70% eram negros. A partir da demonstração desta grande disparidade entre níveis escolares no quesito classe e renda entre pessoas brancas e não brancas, acirraram-se as discussões e questionamentos inerentes a tais diferenças.

Henriques (2002, p. 96), complementa:

“As diferenças fundamentais entre crianças e jovens de cor branca e de cor negra, no que se refere ao acesso, permanência e aprendizado, requerem políticas de inclusão com preferência racial e políticas ditas de ação afirmativa que contribuam para romper com o circuito de geração progressiva de desigualdade. Portanto, faz-se necessário redefinir os horizontes de igualdade de oportunidades entre brancos e negros, estabelecendo políticas públicas explícitas de inclusão racial.”

Ressalta-se, portanto, a importância de implementação de políticas educacionais pensadas nas classes menos favorecidas devido a processos históricos pautados em discriminação e exclusão, como forma de diminuição das desigualdades existentes em razão desses fatores.

De acordo com Kirschbaum e Menezes Filho (2015), a partir dos anos 2000, algumas políticas foram colocadas em prática e houve elevação da escolaridade média da população e leve diminuição da desigualdade social. No entanto, aponta-se que os brancos e amarelos estão, recorrentemente, nos estratos educacionais mais avançados e, ainda que possuam o mesmo nível educacional, sua renda é mais elevada que a dos pretos e pardos. Evidencia-se, portanto, que há uma relação de discriminação visível no cenário brasileiro e que a implementação de políticas visando atingir equiparação é essencial para a mudança desse discrepante panorama social.

Em consequência, conforme já mencionado, a partir de reivindicações sociais, em especial de entidades ligadas ao MN e devido ao apoio governamental, surgem as Políticas Públicas de Ação Afirmativa.

Ações afirmativas são políticas que buscam instituir programas governamentais voltados para a inserção social de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão, por razões culturais e institucionais de racismo. Nessa linha, estudos recentes apontam que uma ação afirmativa não deve ser vista como um benefício ou considerada injusta. Pelo contrário, a ação afirmativa faz-se necessária pelo histórico de injustiças e de direitos que não foram assegurados, por causa de herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra. É necessária, também, como tentativa de diversificar o campo educacional, uma vez que, historicamente, a academia é representada por estudantes elitizados em virtude dessa segregação. Conforme expressa Quijano (2005), “o Brasil em que o direito à educação tem sido historicamente ‘monopolizado’ pela elite econômica”. A fraseologia deste autor demonstra a necessidade de se pensar em uma educação mais pluralista, em que todas as classes possam ter acesso.

Embora há registros de que o MN demanda ações afirmativas no sistema de ensino desde a década de 1940 (Nascimento, 2003), apenas no início do século XXI a política de ação afirmativa foi introduzida em diversas universidades públicas brasileiras, inicialmente na esfera estadual e posteriormente na federal, sendo a Universidade de Brasília pioneira nesta modalidade no âmbito federal, a qual passou a vigorar a partir do segundo semestre de 2004 por meio do edital de vestibular para ingresso em cursos de graduação. A partir disso, a adoção do sistema de cotas para negros e indígenas no ensino superior tem gerado grande impacto para a sociedade em todos os segmentos pois, mesmo que lentamente, especialmente o negro, vem rompendo, por meio da educação, com as representações sociais forjadas por grupos que sempre os viram como sujeitos subordinados, de trabalho escravo e marginalizados.

Dourado (2011) afirma que, a partir da implementação de políticas no campo educacional durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil no período entre 2003 e 2010, teve início uma leve diminuição das desigualdades sociais, baseada na meta do governo de reversão da lógica da educação superior – de um sistema de elite para um sistema de massa. Enfatiza-se, portanto, a importância de novos direcionamentos à educação superior pautados de forma bilateral e universal, mais igualitária e equitativa, possíveis através de inúmeros debates contra o racismo e desenvolvimento de políticas de combate às desigualdades sociais existentes no País.

Nesse prisma, cabe frisar que, após uma década de implementação da política de cotas, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país. Em consonância com o STF, a partir da institucionalização pelo Estatuto da Igualdade

Racial (Lei n.12,288/2010) e através da Lei n. 12.711 de agosto de 2012, que estabelece a obrigatoriedade de ações afirmativas, também chamado sistema de cotas para negros (pretos e pardos) nos cursos de graduação, percebe-se um incremento significativo na quantidade de vagas efetivamente oferecidas aos diferentes grupos beneficiários (alunos egressos de escolas públicas e de baixa renda, pretos, pardos e indígenas) com uma ampliação de 140.303 em 2012 para 247.940 em 2015 (Eurístenes, Feres Jr., & Campos, 2015), demonstrando um aumento de quase 100% no número de vagas ofertadas em um período de quatro anos.

Como consequência dos resultados positivos dessa política pública promissora e bem-sucedida em cursos de graduação, em razão de lacunas existentes em cursos de pós, a política de ação afirmativa foi estendida, a partir de 2015, à pós-graduação, conforme descrito no tópico a seguir.

II Ação afirmativa na pós-graduação da Universidade de Brasília

Embora a Universidade de Brasília tenha sido pioneira na implantação de políticas públicas de ação afirmativa na esfera federal e tenha se tornado exemplo no sistema de cotas para negros nos cursos de graduação em 2004, constata-se que ainda é principiante no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado) com relação às questões que circundam esse tipo de política.

Assim, em detrimento da chamada Lei das Cotas, de 2012, surgiram questionamentos e sugestões que apontaram para uma tendência de ampliação do sistema de cotas para a pós-graduação *stricto sensu*. Desse modo, em 2014, o governo aderiu a essa tendência ao estipular a meta 14.5 do Plano Nacional de Educação – PNE, que visa à implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, além de favorecer o acesso das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado, com o desafio de aumentar, gradualmente, o percentual de negros mestres e doutores no Brasil (Lei nº 13.005, 2014).

Por conseguinte, no âmbito das políticas voltadas à educação superior brasileira, foi sancionada a Portaria Normativa nº 13/2016, em que foi determinada, pelo Ministro de Estado da Educação, a implementação de Ações Afirmativas nos cursos de Pós-Graduação, em consonância com o Decreto nº 7.824/2012, considerando o estabelecido na Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Tal portaria tem o objetivo de ampliar ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação como resposta às lacunas sociais.

No entanto, as pesquisas apontam que no âmbito dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UnB, em 2015, a implementação da política de ações afirmativas era quase escassa. Conforme afirma Beú (2015, p. 209),

“A Universidade de Brasília tem sido omissa no esforço para atender às demandas por uma política pública de ação afirmativa que estimule a ampliação ao acesso da população negra a cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Constata-se isso pelo fato de apenas 04 (quatro) de seus 94 (noventa e quatro) programas de pós-graduação em funcionamento (CAPES, 2016), ou seja, 4,2%, ter reserva de vagas, o que ocorreu por iniciativa dos próprios programas de pós-graduação, os quais discutem o tema pela natureza dos cursos”.

A pesquisa aponta, ainda, que em 2015 a UnB compunha um grupo de universidades pioneiras em implantar reservas de vagas na pós, através de iniciativas isoladas, de unidades acadêmicas ligadas à Antropologia, à Sociologia, ao Direito e aos Direitos Humanos e Cidadania (Beú, 2015). Ou seja, os resultados sinalizam que a pouca aderência à prática de política de ações afirmativas engloba cursos da área de ciências humanas e sociais, desvelando assim, maior resistência de implementação por parte de cursos de outras áreas.

Dados recentes, a partir de pesquisa realizada em 2018, constatam que em um total de 90 cursos de Pós-Graduação com editais publicados nos períodos entre 2º/2016 e 1º/2018, foram confirmados apenas 16 programas com oferta de vagas de AA, ou seja, apenas 14,4% do total de cursos de Pós da UnB havia adotado a política, denotando que a implementação nos cursos de mestrado e doutorado ainda é incipiente e pouco representativa, mesmo após quatro anos da ampliação desta à pós.

Diante do exposto, os dados da pesquisa sugerem que a Universidade de Brasília carece de maior incentivo ao atendimento de políticas públicas que estimulem a ampliação de ações afirmativas nos diversos cursos de pós-graduação *stricto sensu* para além dos cursos integrantes das áreas de ciências humanas e sociais. De acordo com Bernardino-Costa (2016), as ações afirmativas podem ser uma via para diversificação da temática de estudos e possibilidade de provocar uma mudança epistemológica no âmbito da produção do conhecimento. Uma vez que tais políticas são essenciais como forma de ampliação da multiculturalidade de saberes e como incentivo ao aumento de professores não brancos na universidade.

III Cursos de pós-graduação da UnB com Política de ação afirmativa

Visando uma busca por dados recentes, fez-se necessária a realização de uma pesquisa aos editais de seleção, disponíveis na página do Decanato de Pós-Graduação (DPG) da UnB (<http://dpg.unb.br>, recuperado em 15, março, 2019) nos últimos três anos, com a finalidade de se verificar os editais que contemplam vagas destinadas à AA. Assim, foi possível confirmar a participação de 16 programas no período de publicação entre 2º/2016 e 1º/2018, de um total de 90 cursos de Pós-Graduação com editais publicados. Constata-se uma representação de apenas 14,4% do total de cursos de pós com adoção da política. Os dados apontam ainda que, na representatividade de 14,4% dos cursos com ação afirmativa, há dois cursos que adotaram a política apenas para o curso de mestrado profissional, conforme pode ser observado na Figura 1.

UnB - Programas de Pós-Graduação com Política de ação afirmativa				
Qtd	PPG	Modalidade curso	Público ação afirmativa	Período início
1	Antropologia	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1º/2017
2	Artes cênicas	Mestrado acadêmico	negros/indígenas/quilombolas/ pessoas c/ def./ travesti e transexuais	1º/2017
3	Ciência Política	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1º/2017
4	Desenv., Sociedade e cooper. Internacional - CEAN	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1º/2018
5	Desenvolvimento sustentável	Mestrado Profissional	negros/indígenas	2º/2016
6	Direito	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1º/2017
7	Direitos Humanos e cidadania	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	2º/2016
8	Educação	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	2º/2017
9	Estudos da Tradução	Mestrado acadêmico	negros/indígenas	2º/2017

10	Filosofia	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1º/2018
11	História	Mestrado e doutorado	negros	2º/2017
12	Meio ambiente e Desenv. Rural	Mestrado	étnico-racial	1º/2018
13	Metafísica	Mestrado	negros/indígenas	1º/2017
14	Política Social	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1º/2018
15	Propriedade Intelectual e Transf. De Tecnol. Para a Inovação	Mestrado Profissional	negros/indígenas	1º/2017
16	Sociologia	Mestrado e doutorado	negros	1º/2017

Fonte: <http://dpg.unb.br>, recuperado em 15, março, 2019

Portanto, os resultados encontrados evidenciam que, embora tenha havido um aumento considerável no número de programas que aderiram à política de ação afirmativa desde 2015, ainda existe uma lacuna a ser preenchida por haver pouco quantitativo de cursos que implementaram a política.

Em resposta à lacuna existente, em 2018 foi instituído, pelo DPG/UnB, a *Proposta de Adoção de Políticas de Ação Afirmativa na Pós-Graduação da Universidade de Brasília*, elaborada por uma comissão composta pelos pesquisadores Bergmann Moraes Ribeiro, Renisia Cristina Garcia Filice e Joaze Bernardino Costa, que visa uma continuidade da proposta de cotas na graduação aprovada na UnB em 2003, que objetivou alcançar a igualdade étnica e racial nas suas três dimensões articuladas: graduação, Pós-Graduação e docência. A partir de sua instituição, os programas de pós tiveram que se manifestar com relação à adoção ou não da política nos programas.

Dessa forma, fez-se necessário levantar dados estatísticos atuais, bem como analisar a efetividade da referida política em cursos *Stricto Sensu* da UnB como meio de subsidiar o incentivo à aderência nesses cursos. Assim, para a pesquisa, foram escolhidos, propositalmente, dois programas de pós-graduação da universidade, sendo um que já adota a política de ações afirmativas desde o período 1º/2017 e outro programa que não adotou a política.

Por meio do sistema de registros de alunos da graduação (SIGRA), foram levantados os dados de alunos egressos, cotistas autodeclarados negros, de dois departamentos de graduação da UnB: Administração (ADM) e Sociologia (SOL), dos turnos diurno e noturno, concluintes entre os períodos 1/2015 e 2/2016. Ressalta-se que a escolha desses dois cursos se deu em virtude da amplitude de seu universo discente. Justifica-se, também, em razão de a pesquisadora ser servidora e trabalhar na Secretaria de Pós-Graduação em Administração, além de ser mestranda na Faculdade de Educação desta Universidade.

Através dos dados coletados, foi possível verificar, via consulta ao sistema de registro de alunos de pós-graduação (SIPPOS), se os alunos cotistas egressos, titulados na graduação, ingressaram em cursos de pós *stricto sensu* na universidade nos anos seguintes, entre 2017 e 2018. Os dados desta breve pesquisa preliminar revelam que, enquanto na área de Administração, em um universo de 19 alunos cotistas egressos, formados nos períodos entre 1º/2015 e 2º/2016, nenhum destes se encontra matriculado em cursos de pós da UnB. Já na área de Sociologia, em um quantitativo de 15 alunos cotistas, egressos, 4 estão devidamente ingressados em cursos de pós na universidade, distribuídos em três cursos distintos, sendo um aluno matriculado em curso de Pós em Estudos Comparados sobre as Américas, ligado à Sociologia; um aluno matriculado no curso de Sociedade e Transferência Sociológica, também ligado à Sociologia; e dois alunos matriculados em curso de Pós da Antropologia, conforme pode ser verificado nas Figuras 2 e 3.

Formados 1/2015 -				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
3	Negro	Diurno	-	-
Formados 2/2015				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
4	Negro	Noturno	-	-
Formados 1/2016				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
3	Negro	Noturno	-	-
Formados 1/2016				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso

4	Negro	Diurno	-	-
Formados 2/2016				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
5	Negro	Diurno	-	-
Total de egressos cotistas			Total de ingressantes na Pós-Grad. <i>Stricto Sensu</i>	
19			0	-

Figura 2. Número de alunos cotistas egressos do curso de graduação em Administração matriculados em cursos de Pós *Stricto Sensu*

Fonte: dados da pesquisa

Na área de Administração, há cotas na graduação, mas ainda não há na pós-graduação. Conforme detalhado na Figura 2, o resultado da pesquisa demonstra que não houve registro de nenhum dos egressos em cursos de pós da UnB.

Já na área de Sociologia, além de cotas na graduação, há cotas também nos cursos de pós-graduação desde 2017. Os resultados da pesquisa demonstram que 6% de egressos cotistas encontram-se ingressados em cursos de pós da UnB, conforme detalhado na Figura 3.

Formados 1/2015 -				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
1	Negro	Diurno	N	-
Formados 2/2015				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
6	Negro	Noturno	1	Antropologia
Formados 1/2016				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
5	Negro	Noturno	3	Estudos Comparados sobre as Américas – Vinculado à Sociologia

				Antropologia
				Sociedade e Transf. Sociológica – Vinculado à Sociologia
Formados 2/2016				
Nº alunos	Cota	Período	Pós-Grad. <i>Stricto sensu</i>	Curso
3	Negro	Diurno	N	-
Total de egressos cotistas			Total de ingressantes na Pós-Grad. <i>Stricto Sensu</i>	
15			4	

Figura 3. Número de alunos cotistas egressos do curso de graduação em Sociologia matriculados em cursos de Pós *Stricto Sensu*

Fonte: dados da pesquisa

A partir dos resultados encontrados, evidencia-se a necessidade da política de ação afirmativa em cursos de pós-graduação nessa modalidade educacional, por esse sistema ser ainda ineficaz. Ressalta-se, portanto, a necessidade de implantação de tais políticas nos demais cursos de pós da instituição que ainda não aderiram à política, tais como o Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA, como forma de encorajar e atrair os demandantes das políticas afirmativas, egressos de cursos de graduação da UnB ou de outras instituições.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia, foram utilizadas abordagens quantitativas, com utilização de dados primários e secundários. O delineamento proposto trata-se de abordagem exploratório-descritivo com análise estatística descritiva simples, como médias e frequências.

Quanto aos fins, foi feita uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, uma vez que consistiu em descrever o cenário acadêmico no quesito étnico-racial. Quanto aos meios, a pesquisa foi realizada de forma quantitativa documental e de campo. Documental por terem sido realizadas pesquisas em documentos oficiais da organização pesquisada, conformando os dados secundários; e de campo, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada no ambiente externo.

A pesquisa em questão, do tipo bibliográfica, investigativa e de caráter exploratório foi realizada, no âmbito da UnB, a partir de levantamento de editais de processos seletivos para cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, publicados na página eletrônica do Decanato de Pós-Graduação (DPG). Foi também do tipo técnico, pois houve coleta de dados de alunos cotistas egressos de cursos de graduação de turnos diurno e noturno, através de buscas por meio dos sistemas eletrônicos institucionais, quais sejam, Sistema de Gestão dos cursos de graduação (SIGRA) e Sistema de Informação Acadêmica da Pós-Graduação (SIPPOS), no período compreendido entre os três últimos anos, totalizando dois cursos distintos, um que adota a política de cotas de ações afirmativas na Pós e um que ainda não aderiu à política de cotas na Pós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se ter uma noção preliminar do contexto das políticas públicas de ações afirmativas no cenário brasileiro e sua contextualização histórica a partir de revisão bibliográfica e também a partir de pesquisas realizadas no âmbito da UnB, em editais de processos seletivos para cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, além de pesquisa de dados de alunos cotistas egressos, autodeclarados negros, de departamentos distintos de pós-graduação, sendo um que oferece vagas para demandantes de políticas afirmativas e outro que não aderiu à política.

Os resultados apontados pela bibliografia estudada denotam que as desigualdades sociais existentes na sociedade, especialmente quanto à raça, em que pretos e pardos com a mesma quantidade de anos estudados que brancos e amarelos recebem salários menores, reafirmam as ideologias de Quijano (2005) quando diz que a colonialidade eurocentrada valorizava ou não o indivíduo pela cor de sua pele. Assim, considerando a premissa de tentativa de diminuição de tais desigualdades, existentes desde o início da história do país, e com base nas reivindicações da sociedade, especialmente de pessoas ligadas aos movimentos negros, surgem as políticas públicas de ação afirmativa, que passaram a ser adotadas para estudantes de grupos vulneráveis, tais como negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas transgênero, entre outros.

Chega-se à conclusão, portanto, de que uma política de ação afirmativa deve ser transversal, pensada nos diferentes grupos, formados por etnias, classe, raça e gênero, tornando-se primordial em cursos de pós-graduação como incentivo à formação de pesquisadores em assuntos voltados a políticas sociais, bem como à formação de corpo

docente de diferentes etnias e multiculturalidades, com a finalidade de tornar o sistema educacional e as academias cada vez mais pluralistas.

Faz-se necessário, contudo, trazer as considerações de Dourado (2011) quando afirma que, dadas as múltiplas interfaces, evidencia-se que a política educacional sofre injunções das estruturas políticas, econômicas e sociais em cada tempo-espço. Conquanto, ainda que exista a referida política, a mesma não é autossuficiente, pois precisa ser estabelecida de forma a garantir, além do acesso, a manutenção e a permanência, possíveis através de investimento orçamentário. Isto posto, reforça a perspectiva de elaboração das políticas públicas de ações afirmativas conjuntamente com os demandantes das políticas para se obter avanços na representação social dos diversos grupos e classes nos diversos segmentos de pesquisa, enobrecendo os efeitos da política de cotas dentro e fora da universidade e, desta forma, reforçando sua importância para que haja continuidade e maior aderência social, além da universitária.

Conquanto, a partir dos dados elencados, sugere-se uma pesquisa mais abrangente com o intuito de levantar um maior número de dados bibliográficos e técnicos, para um maior e melhor embasamento teórico e científico e, assim, corroborar com as políticas de incentivo à participação dos Programas de pós *stricto sensu* em ações afirmativas, uma vez que a adoção da política na Universidade de Brasília, por parte dos programas, ainda é principiante e muito pouco representativa.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO-COSTA, J. et al. Ações afirmativas na Pós-Graduação: em busca da equidade social e de um projeto decolonial contra hegemônico. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÉRIO, V. (orgs.). *Ações Afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação*. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, p. 259- 282, 2016, v.1.
- Beú, R. B. (2015). *Ações Afirmativas para a população negra em Programas de Pós-Graduação: aprofundando a questão da Universidade de Brasília*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília.
- Decanato de Pós-Graduação (2018). *Proposta de Adoção de Políticas de Ação Afirmativa na Pós-Graduação da Universidade de Brasília*, (Proposta de Política Pública, 2018), Brasília, DF, Universidade de Brasília.

- Dourado, L. F. (2011). Plano Nacional de Educação como política de Estado: Antecedentes históricos, avaliação e perspectiva. In L. F. Dourado (Ed.). *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. Goiânia: Editora UFG, Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Eurístenes, P., Feres Jr., J., & Campos, L. A. (2015). Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais (2015). In Levantamento das políticas de ação afirmativa (pp. 1-25). Rio de Janeiro: IESP-UERJ.
- Filice, R. C. G. (2011). *Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Henriques, R. (2001). *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.
- Henriques, R. (2002). *Raça e Gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na Educação*. Brasília: UNESCO.
- Kirschbaum, C. & Menezes Filho, N. (2015). Educação e desigualdade no Brasil. In M. Arretche (Eds.), Educação e desigualdade no Brasil. In *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos* (pp. 109-132). Editora Unesp.
- Lei N°13.005, de 25 de junho de 2014*. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Martins, J. R. (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo. *Iberoamérica Social*, (5), 95-108.
- Nascimento, A. (2003). *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro, 1948-1950*. São Paulo: Editora 34.
- Portaria Normativa nº 13/2016, de 12 de maio de 2016*. (2016). Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação. Diário Oficial da União, Ministério da Educação, Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Recuperado em Março 15, 2019 (Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf).

